

# INTERVENÇÃO NAS ESCOLAS: ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO À VIOLENCIA CONTRA A MULHER

## AN INTERVENTION IN SCHOOLS: ROLE OF PSYCHOLOGY IN PREVENTING VIOLENCE AGAINST WOMEN

**Claudia Helena Gonçalves Moura<sup>1</sup>**

**Maria Emanuelly Andrade Sartori Simões<sup>2</sup>**

**Ana Carolina Faria Oliveira<sup>3</sup>**

**Clara do Carmo Coelho Borges<sup>4</sup>**

**Irys Eduarda Apolidorio Rocha<sup>5</sup>**

**Resumo:** A violência contra a mulher, um fenômeno preocupante no Brasil, é considerada uma grave violação de direitos. Este artigo é o relato do trabalho de um Projeto de Extensão que, a partir de rodas de conversa e de exposição dialogada, buscou debater as manifestações e os mecanismos da violência contra mulheres, bem como trabalhar habilidades para sua identificação e enfrentamento, com adolescentes dos últimos anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e com professores. A escola é uma instituição fundamental na prevenção a essa violência, por poder se constituir como um espaço de equidade e de formação.

**Palavras-chave:** Prevenção; Escola; Violência contra a mulher.

**Abstract:** Violence against women is a concerning phenomenon in our country and considered a severe violation of rights. This paper is a report of the work done on a University Extension Project which aimed to debate manifestations and mechanisms of violence against women, as well as developing skills for its identification and confrontation, with teenagers (middle and high school) and teachers, using yarning circles and dialogued exposure. The school is a fundamental institution to prevent such violence because of its constitution as a space for equity and formation.

**Keywords:** Prevention; School; Violence against women.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo; Professora da Universidade Prof. Edson Vellano, Unifenas; E-mail: claudiahgm@yahoo.com.br; ORCID: 0000-0001-6556-4788.

2 Graduada em Psicologia; Universidade Prof. Edson Vellano, Unifenas; E-mail: maria.sartori@unifenas.br; ORCID: 0000-0001-6518-6342.

3 Graduanda em Psicologia; Universidade Prof. Edson Vellano, Unifenas; E-mail: ana.cfaria@aluno.unifenas.br; ORCID: 0009-0007-3705-3797.

4 Graduada em Psicologia; Universidade Prof. Edson Vellano, Unifenas; E-mail: clara.borges@aluno.unifenas.br; ORCID: 0009-0008-5301-6133.

5 Graduada em Psicologia; Universidade Prof. Edson Vellano, Unifenas; E-mail: irys.rocha@aluno.unifenas.br; ORCID: 0009-0006-0745-0196.

## Introdução

Em uma nação marcada profundamente pela endemia da violência contra a mulher, há uma extensa discussão a ser travada acerca de suas origens culturais, da disseminação e das implicações. Foco de discursos variados como a política, a justiça, a psicologia, a sociologia e a religião, o tema ainda é majoritariamente tratado no âmbito do senso comum e recai no campo de “verdades” consolidadas, embora inverídicas. Nesse discurso, há passe livre para a omissão da violência e para a ausência de intervenção, por meio de máximas como “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Ou, ainda, há uma tentativa de se justificar a violência contra a vítima, usando-se expressões que justifiquem a violência ou que culpabilizem a mulher.

A violência contra a mulher, conforme a Convenção de Belém do Pará (OEA, 1994), Art. 1º, define-se como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Ainda é afirmado, no Art. 3º dessa mesma Convenção, que “toda mulher tem direito a ser livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Entretanto, o que se nota na realidade é uma naturalização e um crescimento dessa violência, de modo que esse problema ainda persiste. A violência pode ser caracterizada como o uso intencional de força física ou de poder, real ou ameaça, contra si, contra o outro ou a comunidade, que resulte na possibilidade de lesão, de morte, de dano psicológico, de deficiência de desenvolvimento ou de privação (Krug et al., 2020 *apud* Bruhn; Lara, 2016).

É importante compreender que a violência contra a mulher é uma violência de gênero construída pelo meio social e cultural, que, por muito tempo, não foi reconhecida como tal; sua visibilidade social se deve aos movimentos feministas e, no Brasil, legislações e debates são pautados a partir dos anos 1990, com especial destaque para a elaboração e para a aprovação, em 2006, da Lei nº11.340, a Lei Maria da Penha (Bruhn; Lara, 2016).

O 18º Anuário de Segurança Pública, publicado em 2024, traz um aumento de violência contra a mulher em todas suas formas, com alta de 7,1% de tentativas de feminicídio, aumento de 16,6% de ameaças, além de aumento de registros de violência psicológica e stalking. Considera-se que isso se refere às violências registradas, que estão longe de retratarem todo o cenário, já que muitas mulheres ainda resistem em denunciar, fator desencadeado principalmente pelos sentimentos de medo e de vergonha (Schraiber; D’oliveira; Terra, 2015), o que contribui para que a realidade dessa violência seja ainda mais subestimada.

No que tange à adolescência, entende-se esse período, enquanto uma “transição no desenvolvimento que envolve mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais e assume formas variadas em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos” (Papalia; Feldman, 2013, p. 386). Embora grande parte das pesquisas e das intervenções relativas à violência contra a mulher se dediquem ao fenômeno vivido na adultez, a violência de gênero na adolescência, ocorrida por parte de parceiros (as) íntimos (as), possui particularidades próprias, sendo comparável, em termos de prevalência, de lesões e de consequências psicológicas e sociais para a vítima, à violência observada entre adultos (Oliveira et al., 2024).

Pode-se afirmar que a violência de gênero entre adolescentes é um fenômeno social com raízes históricas, influenciado pelas complexidades das questões de gênero e marcado por suas consequências negativas, podendo levar os sujeitos, principalmente mulheres, a apresentarem estresse físico e emocional, o que impacta em seus desempenhos no trabalho e nos estudos, assim como o medo de se envolver em novas relações, as dificuldades de abordar o tema e o estresse pós-traumático (Oliveira et al., 2024).

A Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006, que visa coibir e prevenir a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, traz, em seu Artigo 8º, a importância de desenvolver programas educacionais que disseminem valores de respeito à dignidade da pessoa na perspectiva de gênero e, ainda, que se destaquem nos currículos educacionais, conteúdos relativos a direitos humanos, à equidade de gênero e de raça e etnia e também ao problema da violência doméstica contra a mulher (BRASIL, 2006).

Este artigo traz o relato do trabalho realizado por um Projeto de Extensão com adolescentes com o foco na prevenção da violência contra a mulher, no âmbito privado (íntimo) e público, por entender que:

[...] É importante que a discussão a respeito de violência abarque [...] as conceituações de violência que permitam a identificação da experiência violenta e as perspectivas daqueles que estão envolvidos nessa situação violenta, dado que a forma como uma experiência é percebida se relaciona à maneira com que é sentida e identificada. (Guimarães; Pedroza, 2015, p. 259).

O Projeto de Extensão Universitária Gênero em Discussão: diálogo e intervenção na comunidade<sup>6</sup>, em parceria com a Secretaria de Educação

<sup>6</sup> O Projeto de Extensão Gênero em discussão: diálogo e intervenção na comunidade é um projeto desenvolvido no Curso de Psicologia desde 2020 que tem como objetivo fomentar o debate sobre a perspectiva de gênero entre estudantes da psicologia e de áreas afins, especialmente por meio de palestras/aulas. Desde 2022, o Projeto tem realizado ações comunitárias e formativas, como oficinas sobre sexualidade e gênero nas escolas, intervenções para prevenção à violência contra a mulher, cursos de formação, entre outras.

de um município do sul de Minas Gerais, visitou quatro escolas municipais e realizou, com diferentes turmas, intervenções elaboradas pela equipe do Projeto, que consistiram em debater e em refletir sobre as manifestações de violência, conforme explicitadas na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006). Por meio de rodas de conversas e de exposições dialogadas, estabeleceu-se uma relação horizontal de diálogo com os adolescentes, no intuito de que pudessem identificar e nomear diferentes situações de violência apresentadas pelas palestrantes extensionistas e as relacionar com situações percebidas ou vividas.

Entende-se que a interlocução com os/as adolescentes fortalece a capacidade de desenvolver habilidades individuais e sociais que os/as capacitem para uma cultura de paz e de não violência (Brasil, 2010), sendo esse um passo necessário para a superação dessa problemática que permeia a cultura, as instituições e que necessita, para seu enfrentamento, de um trabalho preventivo que encontre na formação seu lugar de realização (Brasil, 2006).

Em especial, esse tipo de atuação é importante também pela possibilidade que essa intervenção oferece de conscientização dos/das adolescentes, contribuindo para a proteção de si e do outro e para o conhecimento de direitos inalienáveis de todo ser humano, como o de uma vida digna e sem violência. Ademais, a formação sobre esse tema na adolescência busca contribuir para as vivências futuras na adulterez, ao auxiliar o desenvolvimento da responsabilidade e da tomada de decisões e de escolhas durante toda a vida, afinal “presume-se que conhecer e discutir esses direitos contribua para a responsabilização pelo próprio curso da vida e por formas de relacionar afetiva e sexualmente pautados pelo respeito a si e ao outro” (Murta et al., 2014, p. 217).

Além disso, cabe auxiliar os adolescentes na prevenção de situações que os colocam em vulnerabilidade, como a exposição a comportamentos sexuais de risco, o abuso por outrem, a prática e/ou a tolerância à violência nas relações afetivo-sexuais (Furlani, 2011).

Embora o desenvolvimento de atitudes ocorra dentro de um contínuo e longo processo de formação, para o qual também a escola desempenha um papel muito importante, a intervenção buscou, em certa medida, ampliar os olhares sobre as diferentes manifestações de violência na sociedade, auxiliando a desconstruir ideologias sexistas que são geradoras de violência (Hooks, 2019).

Considerando, ainda, que a violência contra a mulher é um fenômeno cultural, histórico e socialmente construído, presente em diferentes

contextos da vida, tornam-se importantes programas voltados à prevenção da violência contra a mulher na adolescência (Oliveira et al., 2016). Ressalta-se que, na atuação que esse artigo relata, foram abarcadas situações não apenas em relacionamentos afetivos, mas também a violência intrafamiliar e no espaço público.

Do mesmo modo, considera-se que o combate à violência contra a mulher deve estar presente na formação do docente, mais atento às desigualdades de gênero que ocorrem no contexto escolar e à naturalização da violência contra a mulher que chega a esse contexto de formação. Foi pensando nisso que a atuação se deu também junto aos professores, considerando-se que desempenham papel fundamental na promoção de mudanças de atitudes e de desconstrução de estereótipos dentro da escola.

Compreende-se que a Psicologia, como ciência, tem compromisso ético-político na superação do sofrimento psicosocial (Sawaia, 1995), necessitando, para isso, desenvolver intervenções individuais, mas também coletivas e grupais, capazes de catalisar reflexões que contribuam com o processo de emancipação dos sujeitos em uma sociedade profundamente desigual e geradora de sofrimento (Zanello, 2018). Com isso em mente, as ações desse projeto de Extensão têm se apoiado na psicologia social e nos estudos de gênero, em sua articulação com a educação. Em uma clássica citação sobre o potencial da psicologia social em contraposição com visões estatizantes e conservadoras da realidade e da práxis *psi*, Silvia Lane (2012, p. 15) ressalta:

Se a psicologia apenas descrever o que é observado ou enfocar o indivíduo como causa e efeito de sua individualidade, ela terá uma ação conservadora, estatizante - ideológica - quaisquer que sejam as práticas decorrentes. Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal, mas da história da sociedade, a psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social.

As ações grupais, desenvolvidas dentro da psicologia social brasileira, apontam para o potencial dos grupos na desconstrução do *status quo* e para a construção de novas referências e de novas relações. Também Zanello (2018), dentro dos estudos de gênero, de cultura e de subjetivação, aponta para a importância dos grupos como espaço para a escuta, assim como para visibilizar e desnaturalizar o sofrimento gendrado (o sofrimento psicosocial que advém da condição de ser homem e mulher), criando novas alternativas de existência e de enfrentamento.

A violência enfrentada pelas mulheres vem aumentando, ao passo que também se encontram maior conscientização e debate público sobre essas violências. Nesse momento, a psicologia, enquanto ciência comprometida com a superação da violência e do sofrimento, necessita se articular com a educação, a fim de desenvolver intervenções que objetivem a construção de uma cultura com equidade e com dignidade.

## **1 A construção de um método dialógico para um fenômeno complexo**

A atuação do Projeto Gênero em discussão nas escolas buscou, durante o ano de 2023, contemplar os diferentes atores escolares: alunos de ensino Fundamental II de duas escolas municipais, alunos do Ensino Médio de uma escola estadual, um grupo de professores do Ensino Fundamental I e um curso online oferecido a professores da rede estadual e municipal de uma cidade do sul de Minas Gerais. Para cada atuação, seja com alunos de cada etapa de ensino, seja com os docentes, foi desenvolvido um método para se abordar o tema, levando-se em conta o público-alvo e o tempo disponível de atuação.

No que se refere à atuação com os alunos, foram realizadas intervenções com as salas de 6º e 7º anos e de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II de duas escolas municipais. Também foi realizada uma atuação com uma turma do 1º ano do ensino médio integral de uma escola estadual do mesmo município, bem como com os professores de outra escola estadual, porém de Ensino Fundamental. As intervenções aconteceram entre os meses de agosto e outubro de 2023.

As intervenções foram realizadas com cada sala separadamente, seja no formato de exposição dialogada ou ainda em grupos, prezando-se o diálogo e a desconstrução dos estereótipos sexistas. Ressalta-se que fundamentam esse trabalho a orientação e a metodologia da psicologia social e comunitária brasileira que historicamente tem desenvolvido, a partir dos pequenos grupos, espaços de reflexão e de formação que apontam para o desenvolvimento da consciência crítica (Lane, 2012; Sawaia, 1995; Carlos, 2013) e para a superação de visões estatizantes da realidade.

As intervenções com os alunos de Ensino Fundamental consistiram em exposições dialogadas sobre a temática “Violência contra a mulher”, com o foco na percepção, na nomeação e na prevenção da violência contra as mulheres, a partir da apresentação de casos fictícios que exemplificavam os cinco tipos de violência explicitados na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), quais sejam: violência física, psicológica, patrimonial, moral e sexual, e que

abrangiam situações de violência em relacionamento íntimo como também situações de violência intrafamiliar e no espaço público. Essa intervenção contemplou alunos dos 6º, 7º, 8º e 9º anos, portanto, na faixa etária dos 11 aos 14 anos. O material foi elaborado pela própria equipe de extensão, a partir de situações lidas e observadas nos materiais e nos textos de referência (Zanello, 2020; Instituto Maria da Penha, 2024), e, principalmente, a partir da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Assim, foram apresentadas cinco situações aos alunos, trazendo com isso o debate norteado pela questão “O que está acontecendo aqui?” ou “É violência?”, e ainda “O que pode ser feito?”, a fim de provocá-los(las) a pensar a respeito da violência vivida, do machismo e do sexismo presentes nas situações, no quanto essas ações ferem a dignidade da mulher e trazem impactos em sua vida, o que aponta para a possível desconstrução de tais atitudes e valores.

Desse modo, a equipe elaborou uma apresentação em powerpoint com o intuito de orientar a conversa, tendo como objetivo dialogar e debater com alunos e alunas, buscando não endossar um método expositivo, mas, sim, dialógico e reflexivo, entendido como caminho importante para a formação e para o possível desenvolvimento de novas atitudes.

Com uma turma de Ensino Médio, a intervenção foi feita em roda de conversa, utilizando-se do baralho educativo “Emancipação: jogando contra o machismo”, criado pelas Professoras Valeska Zanello e Lígia Feitosa (2022), o qual traz situações fictícias que ilustram desigualdades e episódios de violência de gênero. Essa intervenção foi acompanhada pela supervisora de ensino da mesma escola.

Na atuação com os professores, realizou-se uma Roda de conversa que buscou, a partir de temas disparadores, refletir sobre as situações por eles/elas vivenciadas como docentes, como estará mais bem exposto a seguir neste artigo. Entretanto, devido a questões de disponibilidade dos docentes, a atuação com os professores ocorreu em uma escola que apresentou a possibilidade de estarmos presentes em uma reunião de módulo. Essa atuação foi realizada com cerca de 15 docentes. Além disso, essa atividade em grupo buscou, pelo próprio formato, trazer à tona questionamentos que provêm do contexto dos participantes e que necessitam ser debatidos para maior autonomia dos mesmos.

Ainda na atuação com docentes e com profissionais da educação, também se realizaram duas edições do Curso online de formação “Equidade de gênero na escola e combate à violência: como encarar esse desafio?”, em que se buscou suscitar reflexões sobre a construção de práticas pedagógicas

mais equitativas nos ambientes educativos, debatendo também a importância da escola na prevenção e no combate à violência contra a mulher (BRASIL, 2006). Tratou-se de um curso com formato mais expositivo, que, em um primeiro momento, apresentou dados sobre a desigualdade de gênero no país e no mundo; em seguida, problematizou práticas pedagógicas naturalizadas que historicamente colaboram com a divisão entre os gêneros e o sexismo; por fim, foi apresentada a definição e os tipos de violência contra a mulher, trazendo, ainda, em diálogo com professores, situações de violência contra a mulher e seus impactos.

## 2 Resultados e Discussão

### *A intervenção com foco na prevenção à violência com adolescentes*

Para que de fato a violência contra a mulher seja coibida, a Lei entende que programas de prevenção que tenham a educação como elemento central nesse problema são essenciais (Brasil, 2006). Nesse sentido, programas como “Maria da Penha vai à escola” têm sido desenvolvidos em parceria com secretarias estaduais de educação no país.

Nas escolas, a atuação teve como foco a apresentação de situações de violência contra a mulher, debatendo porque se trata de violência e o que poderia ser feito (e ainda o que pode ser feito) para se evitar o ato de violência ou seu agravamento, ou seja, que formas de comunicação ou de resolução de conflitos seriam possíveis naquela situação que não recaíssem no ato violento.

Além da apresentação de casos que exemplificam os cinco tipos de violência, foram debatidos conceitos como a ideia de consentimento, a importância do diálogo, da expressão de sentimentos, além de ter sido abordado o conceito de *continuum* da violência de gênero, a fim de se compreender como as violências estão conectadas e são expressões da sociedade machista, que desconsidera a humanidade das mulheres.

Em todos os momentos, prezou-se a participação de alunos e de alunas, buscando ouvir que atitudes teriam frente aos personagens e à situação relatada. Foi explicitado um caso de violência psicológica, mais sutil, como descrito a seguir:

Marcelo e Aline namoram há 5 meses. Aline vem se sentindo estranha na relação com Marcelo. Quando ela busca mostrar sua opinião ou discorda de Marcelo, ela ouve frases como “Você não está me entendendo”, “Você não consegue

acompanhar meu raciocínio, não é mesmo?” sempre em tom de deboche.

O que está acontecendo aqui? Vocês são amigos(as) de Aline e de Marcelo. O que diriam a ela? E a ele?

Esse é um caso de *Gaslighting*, um tipo de violência psicológica em que o agressor faz com que a vítima duvide da própria percepção, da memória e da sanidade mental (Zanello, 2022) e que consiste em uma inversão. Trata-se de uma violência psicológica que, como tal, incide na autoestima e causa danos emocionais, assim como prejudica o pleno desenvolvimento da mulher. Nessa violência, a estabilidade psicológica e emocional da mulher é degradada de maneira contínua - normalmente, a violência psicológica é rotineira, muitas vezes de difícil percepção, trazendo sentimentos ambivalentes, além de culpa e de vergonha, que tornam mais difícil seu reconhecimento e enfrentamento (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Nessa situação, em interação com alunos adolescentes de 10 a 12 anos, estes percebiam que havia violência, embora mais sutil, porém, no momento em que eram colocados como amigos do casal, as reações ficavam entre aconselhar à amiga o término do relacionamento ou, ainda, manter o silêncio para não prejudicar a amizade com o amigo, sobretudo entre homens.

Nesse ínterim, percebeu-se o que Zanello (2018) nomeia como o silenciamento entre os homens, como parte do pacto da masculinidade, responsável também pela continuidade e pela incidência da violência contra a mulher na cultura machista. A problematização dessa questão indica o quanto é difícil romper o pacto violento da masculinidade, que inclui silenciamento sobre as violências, enquanto forma de pertencimento ao grupo de homens. Essa pertença permeia a socialização de meninos e pode perdurar por toda a vida.

Desde cedo, os meninos atravessam uma fase de homossociabilidade, em que se agrupam a outros meninos, passando por vários “aprendizados” do que é ser homem, e que implicam principalmente o distanciamento de aspectos que poderiam associá-los às mulheres (Welzer-Lang, 2001). Na socialização masculina, rejeitar o feminino (e qualquer identificação ou laço com as mulheres) é uma condição para que o homem não seja visto pelos pares como uma mulher e não seja tratado como tal<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> O aprendizado da masculinidade se dá mediante o que o autor chama de “a casa dos homens”, espaços de aprendizado do que é ser homem, que trazem dor e embrutecimento, mas também vantagens em relação às mulheres (Welzer-Lang, 2001).

A intervenção buscou ensaiar novas perspectivas sobre como se poderia ser um amigo que pudesse alertar o outro sobre atitudes sexistas, de maneira a suscitar reflexões sobre formas de não corroborar a violência, ou seja, manter a pertença ao grupo de homens, mas sem legitimar o ato violento. Entretanto, sabe-se que se trata de atitudes que exigem novos repertórios culturais e que exigem maior respaldo na cultura, bem como mais reflexões. Ao mesmo tempo, aconselhar a amiga para terminar o relacionamento, atitude sugerida por adolescentes mulheres, parece apontar, por um lado, para o rompimento da violência, mas, por outro, pode ignorar o quanto a violência psicológica é de difícil reconhecimento pela vítima, dados os sentimentos que aciona, como vergonha, culpa, e, ainda por ser uma violência insidiosa e rotineira, acaba despercebida; além de não ser possível desconsiderar outros fatores que atuam para a permanência na relação, como a dependência econômica ou a existência de dependentes. É importante considerar que:

[...] embora as violências estejam destrinchadas e definidas na Lei Maria da Penha, muitas delas são de difícil identificação e reconhecimento por conterem aspectos subjetivos e por estarem presentes em relacionamentos afetivos, onde se situam uma série de atributos sociais e emocionais (Conselho Federal de Psicologia, 2024, p.95).

Nesse ínterim, a intervenção das extensionistas consistiu em refletir sobre a possibilidade de constituir redes de apoio e de escuta quando persiste a violência psicológica, considerando a importância de redes de proteção no apoio às mulheres.

No que toca à violência sexual, por sua vez, como exemplo, foi utilizada uma situação de uma festa entre adolescentes em que um amigo relata ao outro o interesse em “ficar” com uma menina; ainda na situação apresentada, esse amigo aconselhava puxá-la pelo braço e beijá-la à força, mas ele fica em dúvida se essa seria a melhor atitude, questão que foi deixada em aberto aos adolescentes. Ao se apresentar essa situação, as adolescentes, em sua maioria, mostraram um mal-estar frente à possibilidade de serem tocadas sem autorização, o que, nesse momento, abriu o debate sobre o consentimento e sobre os impactos daquela atitude, apontada por adolescentes homens e mulheres, como inadequada, sendo preferível buscar o contato da pessoa, enviar uma mensagem, fazer um convite.

O esforço da intervenção, nesse momento, foi de apresentar situações de violência mais próximas do contexto de adolescentes, incluindo espaços públicos e de entretenimento, lugares de encontro entre adolescentes homens e mulheres.

Sabe-se que as mulheres mais jovens têm sido mais vitimadas pela violência contra a mulher, em suas diferentes formas. A Pesquisa Visível e Invisível de 2023 aponta que as mulheres mais vitimadas por ameaça e por agressão são jovens e negras, especialmente entre 16 a 24 anos, ou seja, ainda adolescentes e jovens adultas, chegando a pouco mais de 30% do universo das mulheres vitimadas. Além disso, mulheres com mais de 16 anos já têm relatado ter sofrido violência psicológica, sexual e física de parceiro ou de ex-parceiro, sendo a psicológica mais recorrente, seguida da física e da sexual (Fórum Brasileiro de Segurança Social, 2023).

Por sua vez, Bittar e Natano (2017), em levantamento realizado com adolescentes homens e mulheres sobre como esses/essas significam suas relações afetivo-sexuais, relatam que já estão presentes na dinâmica relacional do adolescente a associação entre amor e violência, bem como a perpetração (e aceitação) da violência do homem como atributo da masculinidade. Ou seja, entre os adolescentes, já estão presentes representações e atitudes sexistas que conferem à mulher um lugar de submissão e, ao homem, um lugar de poder, o que é bastante presente nos relacionamentos afetivo-sexuais desde a adolescência.

A intervenção ainda abordou a violência moral, com conotação sexual, com um caso em que um jovem “Eric” se deparava com um grupo de amigas dançando na pista e gravava um vídeo da cena sem que elas notassem e enviasse no grupo de amigos com comentários maliciosos.

Embora a Lei Maria da Penha não especifique as formas de violência moral, resumidas na lei como qualquer ato que se configure como calúnia, injúria e difamação, essa forma de violência ocorre também enquanto exposição da intimidade da vítima (enquanto forma de difamação de sua imagem), seja na forma de ridicularização de sua imagem, seja como exposição de juízos morais sobre sua conduta (Instituto Maria da Penha, 2024). Sabe-se que hoje o uso das redes sociais e de aparelhos eletrônicos é cada vez mais intenso, inclusive entre adolescentes, e que muitas formas de violência contra a mulher se perpetuam nas redes sociais. Uma dessas formas é, como o sexting, que consiste no compartilhamento de mídia erótica digital entre pares, de conteúdo proveniente da pessoa ou, ainda, compartilhamento de conteúdo ilegal por roubo ou por extorsão sexual<sup>8</sup> (Patrocínio; Bevilacqua, 2023).

<sup>8</sup> A exposição de imagens sem autorização e ainda de fotos íntimas sem autorização é considerada crime, após sua inclusão no Código Penal (Granchi, 2022) a partir da Lei 13.718/2018, que tipifica como crime a divulgação de foto ou vídeo íntimo sem autorização.

Desse modo, a situação descrita convidou adolescentes homens e mulheres a refletirem sobre a atitude do personagem “Eric” e sobre o sentimento das mulheres ali expostas. O trabalho sobre a prevenção inclui, ainda, pensar nos sentimentos e no peso que determinadas atitudes, ainda respaldadas pela cultura machista, podem trazer. Houve um estranhamento dos(as) adolescentes sobre essa atitude e as extensionistas, naquele momento, alertaram sobre a violência presente naquele ato, a ridicularização como violência moral e psicológica.

O material ainda apresentava um exemplo de violência patrimonial, que trazia o caso de Larissa Manoela, que teve bastante repercussão em 2023, em que a atriz expôs a pressão psicológica e a extorsão de seu patrimônio pelos pais. A revelação desse caso trouxe à tona o quanto a violência contra a mulher acontece dentro das famílias, revelando o quanto ela é estrutural e permeia as diversas instituições e espaços. Como se tratava de um caso propalado pela mídia, era evidente aos alunos que se tratava de uma situação violenta.

Em seguida, o material trazia um exemplo de violência física com o seguinte relato:

Rhuan e Karina namoram há 3 anos. Rhuan tem muitos ciúmes de Karina, que é muito bonita. Rhuan sempre foi atencioso e cuidadoso com ela, mas vem sentindo muito ciúme, que acredita ser incontrolável. Em uma das brigas motivada por ciúme, ele pegou objetos e arremessou perto de Karina, que ficou muito assustada.

Ainda que a mulher não tenha sido diretamente agredida, os alunos entenderam que se tratava de uma situação de violência, e alguns nomearam como física, por ter sido arremessado um objeto na direção dela, e outros disseram que psicológica, por se tratar de uma situação que a amedrontou. É importante ressaltar que a violência psicológica é mais corriqueira e, na maioria das vezes, aparece interligada a outros tipos de violência (Carvalho; Melo, 2019). Ademais, o exemplo trazido, para além da percepção da agressão ali contida, buscou refletir sobre o controle e a ameaça justificados na cultura patriarcal como “ciúme masculino”, e que se trata de violências insidiosas e respaldadas pela cultura, tornando-se, por isso, muitas vezes invisibilizadas ou justificadas<sup>9</sup>.

---

9 Nesse momento, foi mencionado aos alunos e alunas que a ameaça de violência e a violência são violações de direito das mulheres, sendo importante, no momento em que ocorre, buscar se proteger ou proteger quem está sendo vitimada. Uma das medidas importantes é a denúncia, que pode ser feita por telefone ou ainda em delegacia pela própria mulher, pois pode visibilizar a violência e ainda romper seu ciclo (Zanello, 2022). Também foi mencionada a existência de medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Violências desse tipo ocorrem dentro da ideologia machista que naturaliza a dominação masculina. No levantamento de Bittar e Natano (2017), o ciúme aparece como componente-chave das relações afetivo-sexuais na adolescência, principalmente aquelas entendidas como namoro (diferente do “ficar” e de relações menos estáveis) – nelas, o ciúme se apresentava para esses jovens como parte do controle sobre o outro, como ferramenta de dominação, ou seja, como forma de violência simbólica que reflete e reproduz desigualdades de gênero.

Embora o exemplo apresente uma violência física que não atinge diretamente a vítima, entende-se como uma clara ameaça a sua integridade física. Segundo Penny (2022), historicamente, a agressão física tem sido estabelecida como uma linha muito baixa de divisão sobre o que é violência, ignorando-se as demais manifestações, como a psicológica e a moral e a ameaça contra a integridade física e psicológica.

Ainda foi apresentada, aos alunos e alunas, a figura do iceberg da violência. O iceberg da violência contra a mulher é uma imagem utilizada por coletivos feministas que tem como objetivo mostrar o continuum entre todos os tipos de violência sexistas, desde as mais visíveis (como o feminicídio que está no topo ou, ainda, a agressão física) às mais invisibilizadas, como a violência psicológica, moral, bem como os produtos culturais que reiteram a objetificação e o desprezo pela mulher, como produtos da indústria cultural, da publicidade, dentre outros. As violências visíveis são parte de outras tantas violências invisíveis, muitas vezes mais sutis, mas muito insidiosas e presentes, que são tomadas como práticas naturalizadas na cultura.



Fig 1: Iceberg da violência contra a mulher.

Afinal, as violências contra as mulheres fazem parte de um caldo cultural que Zanello (2022) escolhe chamar de cultura da objetificação sexual. Em suma, a figura, bem como o termo “iceberg”, busca elucidar de modo mais claro como as ações vistas como mais radicais (e que são contabilizadas, tais como estupros, feminicídios, agressões físicas) são apenas sintomas desse caldo cultural de machismo e de objetificação das mulheres, interligadas, portanto, a manifestações mais sutis de machismo, mas que promovem a naturalização dessa violência, como piadas sexistas e assédio em locais públicos. Além disso, atentou-se para o agravamento das situações de violência em relacionamentos afetivos, considerando o ciclo de violência nessas situações (Zanello, 2023) e a insensibilização e o aumento da tolerância às violências por parte da vítima.

Desse modo, a escolha de exemplos que pudesse ser mais cotidianos e, em alguns casos mais implícitos, em relação aos tipos de violência, teve o propósito de desnaturalizar esse “caldo cultural” a que meninos e meninas são expostos(as) desde cedo como parte da cultura machista e violenta em que estamos inseridos. Em suma, duvidar da inteligência e da percepção de uma mulher, puxá-la numa festa, beijando-a, fazer fotos ou filmagens sem consentimento são formas de violência psicológica, sexual e moral - que nem sempre se separam, mas se entrelaçam - que trazem efeitos negativos à saúde mental das mulheres e que estão presentes na cultura. Além disso, tendo debatido a interligação entre as várias formas de violência, foi ressaltada a importância da busca de apoio, seja em redes de apoio (família, amigos), seja em apoio especializado por meio da Rede de Proteção e Enfrentamento (delegacias, Centros de Referência Especializados).

Por sua vez, na atuação com adolescentes do 1º ano do Ensino Médio, além de serem apresentadas as mesmas situações que ilustravam violências, utilizou-se do baralho educativo “Emancipação: jogando contra o machismo” (Feitosa; Zanello, 2022). Nessa dinâmica em roda, alguns adolescentes, por livre escolha, pegaram algumas cartas e as leram em voz alta - as situações faziam referência a algumas vivências escolares, como proibição às meninas de ir à escola com shorts jeans, e situações de violência no namoro. Nesse momento, foi problematizada, pelas alunas participantes, a dificuldade e o desafio de se afirmarem e de se confrontarem com regras estabelecidas pela gestão escolar e que operavam como formas de vigilância sobre as mulheres, como a exigência de uso de uniforme comprido pelas meninas, que não recaía sobre os meninos - essa situação problematizada no jogo também foi vivida pelas alunas naquele mesmo semestre e parece ser constante, enquanto forma de controle sobre as condutas e sobre os comportamentos das meninas pela escola, pressão inexistente para os meninos e adolescentes homens.

Outras situações de machismo também foram mencionadas pelas alunas e pela supervisora, que acompanhava a intervenção, especialmente o controle de professores homens sobre o comportamento das mulheres, cobrando delas mais disciplina e realizando uma vigilância constante. Isso parece reiterar as considerações de Louro (2000), ao apontar as pedagogias da sexualidade, praticadas reiteradamente nas instituições escolares, em que as regras, as formas de funcionamento, os rituais e modos de comunicação na escola realizam o tempo todo um disciplinamento dos corpos de modo sutil e eficiente, de maneira que o controle sobre os corpos femininos, muito mais ostensivo, lhes comunica a exigência de submissão, de contenção e de docilidade.

Naquela experiência em roda, as/os adolescentes puderam se ouvir, reforçando práticas pedagógicas que - em contrapartida à normatividade que rege as práticas escolares tradicionais - existem nessa escola e que indicam resistência a tais normatizações, como a recente organização das alunas e dos alunos para que a gestão escolar pudesse também reconhecer-las e reconhecê-las como cidadãos e como seres de expressão, para além de regras gendradas e autoritárias.

Portanto, por ser a violência contra a mulher um fenômeno cultural, e não jurídico, é que a educação adquire um papel importante em sua problematização e desnaturalização e contribui fortemente para abertura e para a construção de novas atitudes e emoções para meninos e meninas (Zanello, 2022). Compreende-se que o diálogo em grupos, seja em roda ou por meio de exposição dialogada, permitiram a abertura ao questionamento e à reflexão, o que certamente contribui para o desenvolvimento da consciência crítica, um passo importante para a superação da violência e do sofrimento dela resultante.

### **A atuação com os professores: espaços de reflexão**

Tendo em vista que a violência contra a mulher está presente em todos os contextos, âmbitos e conjunturas, é certo dizer que ela também se apresenta nas escolas, direta ou indiretamente. Nesse sentido, o referido ambiente é mais do que propício, é fundamental, para se realizarem ações de combate e de prevenção no que diz respeito a tal temática. Para tanto, uma atuação do Projeto foi feita com professores e com a supervisora do Ensino Fundamental I de uma escola estadual, localizada em uma área de vulnerabilidade socioeconômica da cidade.

A atividade realizada foi construída pensando em um dos intuitos do projeto “Gênero em discussão”, sendo ele o de dar voz e vez para os profissionais acerca da violência contra a mulher, da desigualdade entre os gêneros e como isso se manifesta na escola. Considerou-se relevante uma atuação que abarcasse estratégias de escuta dos professores, para romper propostas pré-estabelecidas que desconsideram as experiências vividas no contexto escolar, buscando então escutá-los (Gesser et al., 2012).

A fim de trabalhar com a realidade vivenciada pelos professores daquele determinado contexto social e promover maior participação, integração, reflexão e troca de experiências de um modo dinâmico e vivo, foi proposta uma roda de conversa, iniciada com a divisão deles em trios, sendo entregue para cada trio um papel com uma questão relacionada à temática. Assim, as questões apresentadas foram as seguintes: descrever um problema relacionado à desigualdade entre homens e mulheres na escola e que prejudica meninos ou meninas; descrever um problema relacionado a assédio na escola; descrever um problema relacionado à violência contra a mulher na família e que chega à escola; e, ainda, um problema relacionado à violência contra a mulher e que atinge as alunas (independentemente do contexto).

Com a entrega de uma indagação diferente para cada trio, foi estabelecido um tempo para que os professores dialogassem em seus grupos sobre a pauta que estivesse com eles. Após o término desse tempo disponibilizado, foi proposto que cada trio apresentasse a todos qual questão havia sido debatida. Durante essa etapa, houve escuta, troca de experiências e pontuações acerca do que era apresentado por cada uma das pessoas.

Em especial, os docentes mencionaram as situações de violência e de negligência vivida por alguns alunos em suas famílias, sobretudo por se tratar de uma escola situada em bairro bastante vulnerável. Portanto, havia uma clareza sobre o impacto de situações violentas vividas por alunas, por alunos e por suas famílias, assim como situações de desigualdade e de pobreza, entretanto nem sempre ficou claro como pode haver situações de desigualdade entre homens e mulheres dentro das escolas. Quando foi suscitada a reflexão sobre desigualdade entre meninos e meninas na escola, alguns docentes mencionaram exemplos de regras e ocupação desigual dos espaços escolares observados em outras escolas, o que reforçou a percepção de que, de fato, existem desigualdades de gênero nas dinâmicas escolares.

Entretanto, era bastante evidente a preocupação de alguns docentes com questões da sexualidade, sobretudo o que alegavam observar como precocidade ou, ainda, uma vivência da sexualidade fora “do padrão” para meninas, o que certamente traduz alguns estereótipos de gênero, nem

sempre perceptíveis para eles/elas. Essa “preocupação” dos docentes, em certo sentido, indicam o quanto seus olhares e percepções se direcionam para o disciplinamento das meninas. Quer esse processo seja consciente ou não – nesse sentido, a escola espera das meninas o comportamento de submissão e de docilidade, o oposto da sensualidade (Louro, 2000). Disciplinando para a obediência à norma esperada dos papéis de gênero e de sexualidade, há um pânico moral quando crianças e adolescentes, dados seus contextos comunitários e a inserção nas mídias sociais, adotam comportamentos que não são infantis o suficiente para a percepção escolar (Patrocínio; Bevilacqua, 2023), o que traz incômodo e receio<sup>10</sup>.

Para encerrar, algumas reflexões foram feitas diante da proposta de debate e que emergiram no decorrer da ação realizada. Com isso, foi possível interir-se mais a respeito da realidade escolar no que tange à violência contra a mulher, adentrar questões relacionadas a essa pauta, compartilhar vivências e fortalecer a rede de apoio entre os próprios profissionais.

Além da atuação apresentada, o projeto “Gênero em discussão” tem realizado cursos de formação voltados a profissionais e a pessoas interessadas nos temas abrangidos pelo Projeto. Em 2023, foi oferecido o Curso online de Formação “Equidade de gênero na escola e combate à violência: como encarar esse desafio?” em duas edições, divulgado amplamente entre profissionais da educação com o objetivo de discutir os fenômenos da desigualdade entre homens e mulheres e a violência contra a mulher, além de discutir com educadores os possíveis caminhos pedagógicos e formativos para que a escola possa ser um lugar de reflexão e de prevenção da violência.

A fim de alcançar seus objetivos, o Curso contou com um módulo direcionado especificamente para a construção de práticas pedagógicas visando à equidade de gênero e à proteção de meninas e de mulheres dentro da escola. Segundo Luck (*apud* Johann, 2015, p. 68), apesar do papel individual de cada integrante, é necessário considerar a perspectiva de todos os envolvidos na comunidade escolar, uma vez que é “a responsabilidade geral que dá sentido à ação específica de cada um”. Nessa perspectiva, abordou-se a importância do envolvimento de toda a comunidade escolar (professores e professoras, supervisão, direção e família) para que assuntos relacionados à desigualdade de gênero e à violência contra a mulher possam ser discutidos.

---

10 A questão da gravidez na adolescência e a evasão escolar são reveladoras do desafio das instituições em lidar com a sexualidade das meninas sobretudo quando se afirma, reiteradamente, que as gravidezes na adolescência são precoces ou indesejadas, desconsiderando o desejo de muitas adolescentes de serem mães. Além disso, a manifestação da sexualidade dos meninos não é alvo do mesmo controle que das meninas. Patrocínio e Bevilacqua (2023) percebem também que quando a sexualidade das meninas é exposta, cria-se uma oposição entre a “boa aluna” e “aquela que vivencia a sexualidade”, o que culmina na negação de seus direitos sexuais e reprodutivos e até em exclusão escolar e evasão.

Ainda foram expostos casos fictícios a fim de gerar reflexão sobre diversos cenários de violência – casos de violência no contexto escolar ou que chegam ao contexto escolar, como violência perpetrada pelos pares ou na família -, a fim de buscar, tal como na atuação com alunos, a desnaturalização da violência contra a mulher e a proposição de reflexões e de atitudes dentro da comunidade escolar.

Em pesquisa de Patrocínio e Bevilacqua (2023), com mulheres que, em idade escolar, tiveram suas imagens íntimas divulgadas sem autorização e das profissionais que as atenderam, as reações das escolas foram normalmente de omissão e de culpabilização daquelas, não oferecendo qualquer acolhimento nem responsabilizando as pessoas que divulgaram as imagens. Além disso, a pesquisa relata a dificuldade de algumas adolescentes em nomearem a divulgação de imagens como uma violência – uma dificuldade que advém também do contexto escolar, em diferenciar o que é manifestação saudável da sexualidade do que é violência. Desse modo, também foi abordada a importância de se falar abertamente nas escolas sobre a violência contra a mulher, suas manifestações e a busca por formas de preveni-la e de combatê-la, a fim de que a escola não reproduza a ideologia machista de culpabilização das mulheres e a omissão sobre tais questões.

Nesse sentido, durante o Curso, foram discutidas ideias e formas possíveis de construção de uma instituição escolar com equidade e proteção, pensando-se na importância e na validade de ações tanto por parte dos educadores, quanto dos alunos e das alunas. Nessa perspectiva, comprehende-se que “a participação dos alunos não pode ser separada da atividade cotidiana escolar, é preciso torná-la parte intrínseca da educação, da escola, em uma parceria com professores e gestores, de tal forma que todos se responsabilizem pelos objetivos da escola” (Paro *apud* Johann, 2015, p. 70). Foram discutidas possibilidades de se propiciar aos(as) alunos(as) a oportunidade e o espaço para a realização de projetos, de debates, de rodas de conversa, de coletivos e de atividades que abordem questões como educação sexual, educação não sexista e violências de gênero, entre outras iniciativas.

Portanto, a atuação com os/as docentes buscou apontar e dialogar sobre caminhos para a construção de uma escola com equidade de gênero, entendendo que se trata de um desafio a ser encarado por gestores e pela comunidade escolar, dado que aponta para a desconstrução de normas sexistas que historicamente estruturam o ambiente escolar, suas relações e que estão presentes na sociedade. Portanto, para que a escola seja um lugar de reafirmação e de garantia dos direitos de crianças e de adolescentes homens e mulheres, a equidade de gênero é um desafio fundamental, que pode estar

presente de diversas maneiras e caminhos (Patrocínio; Belavicqua, 2023) e, para isso, a atuação junto a docentes e a profissionais da educação se faz necessária e importante.

### **A escola como um espaço de resistência à violência**

Patrocino e Bevilacqua (2023) apontam que a escola é um ambiente em que se praticam as Pedagogias da sexualidade que objetivam o disciplinamento dos corpos ali presentes e que, apesar de ocorrer de forma sutil, é eficiente. De acordo com Louro (2000), tais pedagogias se referem aos discursos, ensinamentos e formas de controle em torno de tudo aquilo relacionado a sexo, reproduzidos nas diversas instâncias sociais. E não apenas no que se refere à sexualidade, mas também a gênero e a suas normas relacionadas.

Persiste assim uma concepção sobre modos “esperados” de ser homem e de ser mulher, perpetuados na sociedade e que permeiam as instituições educativas, e que se refere à manutenção de papéis tradicionais sobre homens e mulheres, que reiteram especialmente a submissão da mulher e condenam qualquer reflexão ou atitude que aponte para o questionamento da ordem patriarcal.

Segundo Louro (2000), a sociedade busca, intencionalmente e através de múltiplas estratégias, “fixar” uma identidade feminina e masculina “normal e duradoura”, ao articular essa identidade de gênero dita normal a um único modelo de identidade sexual, a heterossexual. Ao passo que realiza esse intento, as instituições também postergam o contato de crianças e de adolescentes com essas questões, consideradas “inadequadas”, ainda que isso implique silenciamento ou negação.

Considerando-se a escola como um espaço fundamental para a formação integral dos indivíduos na sociedade brasileira, é seu papel resistir de formaativa à violência, com destaque para a violência de gênero, problemática aqui enfatizada. Afinal, é nesse ambiente que crianças e jovens poderão ter contato com questões instigadoras de reflexão.

Entretanto, sabe-se que os temas de gênero e de sexualidade têm encontrado resistência ao adentrar a educação formal. Na última década, em especial, pela mobilização de grupos conservadores<sup>11</sup> que buscam obstar

11 O Movimento Escola Sem Partido é um movimento político conservador que objetiva alterar as diretrizes e bases da educação, indo contra a erroneamente chamada “ideologia de gênero” (Bonfanti; Gomes, 2018). Embora o projeto de lei do Movimento não tenha sido aprovado em esfera nacional, a pressão e popularidade desse movimento instauraram um clima de denuncismo, que dificulta e até mesmo impede que esses temas sejam refletidos nas escolas (Moura; Silva, 2023).

qualquer reflexão sobre esses temas na escola, mobilizados também em reação ao avanço de políticas públicas para inserção desse debate na educação, há um clima de temor e de denuncismo, vivenciado sobretudo por gestores e por docentes (Moura; Silva, 2023). Por isso, esses profissionais, muitas vezes, evitam esses temas que necessariamente incitam a reflexão e o debate, na tentativa de evitar conflitos e impasses. Entretanto, a proscrição dos temas sexualidade e gênero, como propalado por movimentos conservadores que chegam às escolas, impede que essas dimensões formativas da humanidade de cada um sejam refletidas, reiterando-se as relações de poder existentes e perpetuando, assim, relações desiguais de gênero (Moura; Silva, 2023), geradoras da violência.

Além disso, a escola permanece como uma instituição que reproduz normas de gênero e de sexualidade, ainda que nem sempre conscientes (Louro, 2000) - como as referentes à ocupação desigual de espaços, a regras de vestimenta e de modos esperados de se comportar para meninos e meninas, tal como relatadas durante as intervenções, e que exigem para seu confronto, reflexão e, sobretudo, a autocritica por parte da escola sobre a perpetuação de normas geradoras de desigualdades e de violência nesse espaço.

Nesse sentido, a escola não deve ser apenas um local de transmissão de conhecimentos, mas também um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades sociais, éticas e críticas. Por isso, para resistir à violência, é essencial que as práticas escolares abarquem tal temática, não como obrigação, mas com o entendimento de sua necessidade e importância. A fim de promover maior conscientização entre os alunos e os próprios profissionais da educação, é importante que a escola esteja aberta e livre de resistências que impeçam o debate desse tema, com o objetivo de que todos tenham voz ativa, o que, percebe-se, tratar-se de um esforço contínuo, para o qual parcerias com outros profissionais podem se mostrar muito profícias.

Ademais, a formação continuada dos educadores é essencial nesse processo, sendo crucial para tratar o tema da violência com maior veemência e profundidade no ambiente escolar. A capacitação desses profissionais não apenas fortalece o entendimento da importância do tema, mas também possibilita o desenvolvimento de abordagens pedagógicas mais eficazes. A colaboração com outros profissionais, como ocorreu nesse Projeto, mostra-se uma ferramenta valiosa para unir conhecimentos e para conceber novas dinâmicas e propostas, com vistas à promoção da resistência contra a violência de gênero na escola.

Deve-se ressaltar, com base em Adorno (1995), que a educação tem sua potencialidade enquanto resistência e que, embora não possa abdicar do papel de fornecer referenciais aos indivíduos na adaptação ao existente, adquire sentido como resistência à dominação, sendo fundamental na formação da consciência crítica e emancipada. Portanto, a escola não é espaço de reiterar violências ou de inviabilizá-las, mas de trazê-las à consciência, de refletir sobre elas, dando espaço ao desenvolvimento da consciência que se emancipa dos padrões culturais existentes.

Como o aporte da psicologia social aponta, dentro de grupos e de espaços que oferecem a oportunidade de escuta e de fala, abre-se espaço para a reflexão e para o cotejamento com a realidade (Lane, 2012; Carlos, 2013). Nesse movimento, faz-se essencial tomar contato com a realidade e entender as violências estruturais que permeiam nossas vidas. Somente a partir desse contato, pode-se, então, na consciência do existente, abrir possibilidades de transformação da realidade.

Dessa maneira, a abordagem proposta aponta a escola como uma protagonista crucial na desmontagem das estruturas que perpetuam a violência de gênero. Ao adotar uma postura reflexiva na inclusão da discussão sobre violência, a instituição educacional pode se transformar em um catalisador de mudanças, ao desafiar normas arraigadas que contribuem para a manutenção de desigualdades de gênero. Por ser a violência e a desigualdade de gênero fenômenos culturais histórica e socialmente construídos e arraigados em nossa sociedade, a educação tem papel crucial em seu combate (Zanello, 2023).

## Considerações Finais

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 vem indicando o aumento de todas as formas de violência contra a mulher em comparação com o ano anterior, reiterando o aumento da violência contra a mulher a cada ano. Houve um aumento de 7,1% de tentativas de feminicídios, de 9,8% de agressões contra mulheres, de 33,8% de registro de violência psicológica e 34,5%, de *stalking*. Deve-se ressaltar que o cenário desalentador que o Anuário traz diz respeito apenas à violência que é denunciada, o que está longe de representar o real cenário (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Deve-se compreender que o cenário assim persiste devido à naturalização da violência contra a mulher, em atos que são considerados como comportamento masculino normal, como ameaça, xingamento, controle, humilhação, *stalking* - portanto, atitudes naturalizadas, calcadas na

masculinidade hegemônica e engendrada nessa cultura de dominação e de violência.

Nesse sentido, comprehende-se que essa intervenção com alunos entre 11 a 14 anos, o que engloba os anos finais do Ensino Fundamental II, e alunos do Ensino Médio parece bastante promissora, ao sensibilizá-los/as, desde então, sobre o que pode constituir violência contra a mulher nos relacionamentos e em contextos mais amplos. Além disso, a reflexão sobre situações de violência e de abuso nos relacionamentos indica a importância de reconhecerem essas situações e a possibilidade de buscarem e de apoiarem formas de se relacionar afetiva e sexualmente pautadas pelo respeito a si e ao outro (Murta et al., 2014).

Embora a intervenção aqui relatada no Projeto não tenha se resumido à violência contra a mulher em relacionamentos íntimos, mas tenha abrangido os contextos públicos e intrafamiliares, a intervenção se apoiou na percepção da violência, na quebra dos estereótipos e na resolução das questões propostas por meio da gestão de conflito ou da proposição de uma ação respeitosa e equitativa. Segundo Oliveira et al. (2016), essas estratégias são reconhecidas na literatura como importantes para o desenvolvimento de atitudes entre adolescentes, entretanto é reconhecida a fragilidade desses estudos e das intervenções em ultrapassar a dimensão singular das atitudes, a dificuldade de se ampliar a discussão para o contexto cultural, dos pares, da inserção social dos adolescentes. Uma abordagem que considere e intervenha no contexto comunitário e familiar necessita ser ainda desenvolvida em intervenções desse tipo, dado que a violência contra a mulher está enraizada na cultura e no contexto comunitário (Oliveira et al., 2016). Considera-se que essa abordagem pode, inclusive, ser complementar às atuações desse Projeto, que estiveram, entretanto, focadas nos adolescentes e nos docentes.

Ao mesmo tempo, as intervenções empreendidas no Projeto e aqui relatadas apostaram na educação escolar e em sua potencialidade formativa, seja por meio da realização de grupos e de exposição dialogada com adolescentes, seja por meio de ações formativas com docentes e com gestores que pudessem despertar o olhar para a equidade e para prevenção da violência no contexto escolar.

O foco dessa intervenção, em certo sentido, centrou-se na prevenção da violência, mas sem desconsiderar a influência do contexto e de fatores que produzem a vulnerabilização e o desempoderamento de certos grupos, especialmente de meninas e de mulheres ainda hoje (Zanello, 2018). Tradicionalmente, no campo da saúde, entende-se o conceito de prevenção dentro das concepções de risco e de doença, o que pode levar a uma noção

bastante particularista e individualista, portanto, focada no indivíduo como central na ação (Oliveira et al., 2016). Em contrapartida, embora tenha se insistido em uma intervenção com foco na prevenção, a intervenção não deixou de lado uma reflexão mais ampla sobre a cultura desigual, produtora de vulnerabilidades e ancorada na dominação e na violência. Nesse aspecto, a perspectiva de gênero, adotada nessa intervenção, se colocou como desconstrutora de valores/verdades “gendrados”, aprisionantes e invisíveis, auxiliando a nomear o mal-estar, a violência e pensar novas atitudes e formas de vir-a-ser (Zanello, 2018).

Frente a um fenômeno tão complexo como a violência contra a mulher, e dentro dos limites e das potencialidades de ações formativas com essa problemática, diversas intervenções se fazem necessárias num continuum de formação dos sujeitos, como dinâmicas, oficinas, palestras, cartilhas, apresentações, inclusive ações que coloquem adolescentes homens e mulheres no protagonismo da formação e enquanto construtores de uma cultura mais respeitosa, de diálogo e de equidade - essas ações podem encontrar na escola um espaço privilegiado, mas também podem ser empreendidas nos espaços comunitários e de convivência, onde a vida se constrói diariamente. Além disso, faz-se necessário também que intervenções possam abranger a prevenção à violência contra sujeitos LGBTQIA+, que sofrem uma escalada de violência na sociedade e, inclusive, exclusão no ambiente escolar (ANTRA, 2020). Considera-se, ainda, que ações de parceria, como a que foi realizada, são necessárias em diversos âmbitos e possibilidades, a fim de tornar a escola um espaço mais equitativo, de acolhimento, em que crianças e adolescentes homens e mulheres possam ser tratados com dignidade.

## Referências

- ADORNO, T. W. Educação: para que? In ADORNO, T. W. (org.) **Educação e emancipação**. 6a reimpr. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- AGÊNCIA BRASIL. **Brasil tem 24,3 milhões de crianças e adolescentes que usam internet**. 17 set. 2019. Disponível em:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/brasil-tem-243-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-utilizando-internet>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020
- BITTAR, D. B.; NAKANO, A. N. S. Violência simbólica entre adolescentes nas relações afetivas de namoro. **Rev. Esc. Enfermagem USP**, v. 51, 2017.

BONFANTI, A. L.; GOMES, A. R. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola?. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 105-121, 2018.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em:[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 17 jan. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRUHN, M. N.; LARA, L. Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo de violência doméstica. **Revista Polis Psiquê**. v. 6, n.2, jul. 2016. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S-2238-152X2016000200005](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-2238-152X2016000200005). Data de acesso: 06 jan. 2025.

CARLOS, S. A. O processo grupal. In: GUARESCHI, P. et al. (Orgs.) **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. 18 ed. São Paulo: Vozes, 2013.

CARVALHO, J. B.; MELO, M. C. A família e os papéis de gênero na adolescência. **Psicologia & Sociedade**. v. 31, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, CREPOP. **Referências técnicas para atuação da psicóloga em Programas de Atenção à mulher em situação de violência**. Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, CREPOP. **Referências técnicas para atuação da psicóloga em Programas de Atenção à mulher em situação de violência**. 2. Ed. São Paulo: GM Editorial; Brasília: CFP, 2024.

CIDH – Comissão Internacional de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1973.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm) Acesso em: 17 jan. 2024.

FEITOSA, L. R.; ZANELLO, V. **Emancipação**: jogando contra o machismo. Brasília: [s.n.], 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível**: A Vitimização de Mulheres no Brasil. 4a ed. São Paulo: FBSP, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública [2024]**. São Paulo: FBSP, 2024.

GESSER, M.; OLTRAMARI, L.C.; CORD, D.; NUEMBERG, A. H. Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. v.16, n.2, p.229-236, jul.dez.2012.

GRANCHI, G. Compartilhar imagem íntima sem autorização é crime, veja como denunciar. **BBC Brasil**; 4 maio 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-61274620>. Acesso em: 11 jan. 2024.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 256-266, 2015.

hooks, bell. **Teoria feminista:** da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Tipos de violência.** Disponível em:<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 11 jan. 2024.

JOHANN, E. L. A participação estudantil no contexto escolar. **Univates**, 2015. Disponível em: <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/083c-3657-9485-477e-be11-5403231ea50f/content>. Acesso em 25 jan. 2024.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S.T. M.; CODÓ, W. (Orgs.). **Psicologia social:** o homem em movimento. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MOURA, C. H. G.; SILVA, P. F. Escola sem partido e conservadorismo moral: instrumentalização da religião, sexualidade e gênero. **Psicologia:** ciência e profissão, v. 43, p. e250951, 2023.

MURTA, S.G.; SANTOS, B.R.P.; ARAÚJO, I.F.; MARTINS, C.P.S.; OLIVEIRA, B.; CANGUSSÚ, E.D.A. Intervenção breve para promoção de direitos sexuais e reprodutivos e prevenção à violência no namoro em adolescentes. In: ZANELLO, V.; ANDRADAS, A.P.M. **Saúde mental e gênero:** diálogos, práticas e interdisciplinaridades. Curitiba: Appris, 2014.

OLIVEIRA, R. N. G.; GUESSNER, R.; BRANCAGLIONI, B. C. A.; FONSECA, R. G.M. S.; EGRY, E. Y. A prevenção da violência por parceiro íntimo na adolescência: uma revisão integrativa. **Rev. Esc. Enfermagem.** n. 20, v. 1, 2016.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PATROCÍNIO, L. B.; BELAVICQUA, P. D. O que os nudes e a divulgação não autorizada de imagens íntimas tem a lembrar à escola? **Educ. Pesqu.**, v. 49, 2023.

PENNY, L. **A nova revolução sexual:** como a masculinidade tóxica e o facismo estão destruindo o mundo e como o contra-ataque feminista pode salvá-lo. São Paulo: Cultrix, 2022.

SAWAIA, B. B. Psicologia social: aspectos éticos e epistemológicos. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B.B. (Orgs.). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TERRA, Maria Fernanda; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. **Athenea Digital:** revista de pensamiento e investigación social, v. 15, n. 3, p. 109-125, 2015.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460–482, 2001.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, V. **Prateleira do amor:** sobre mulheres, homens e relações. Curitiba: Appris, 2022.

Recebido em fevereiro de 2025.

Aprovado em março de 2025.